



Avaliação Externa: Reflexos No Processo De Desenvolvimento Curricular

External Evaluation: Implications on The Curricular Development Process

Maria Alves, Lia Oliveira, Maria Nice, Lucas Oliveira
Universidade do Minho

Resumo

Este artigo apresenta uma pesquisa em curso, cujo objetivo geral é analisar a influência das avaliações externas nas práticas de avaliação das aprendizagens e no trabalho dos professores. O estudo decorre em 15 escolas públicas do ensino fundamental e médio regular, no Brasil, além da educação de jovens e adultos, em modular, na região de Itacoatiara, Amazonas. Estas escolas apresentam padrões de desempenho satisfatórios nos anos iniciais, mas o nível nos anos finais e ensino médio apresenta um declínio. Discutem-se os conceitos de avaliação interna e externa e suas implicações no trabalho docente.

Palavras Chaves: Educação, avaliação, currículo.

Abstract

This article presents an ongoing research whose general objective is to analyzing the influence of external evaluations on the practices of assessment, as well as in teachers' teaching. The study is carried out in 15 public primary and secondary schools in Brazil, in youth and adult education, in modular, in the region of Itacoatiara, Amazonas. These schools have satisfactory performance standards in the early years, but the level in the final and high school years declines. The concepts of internal and external evaluation and their implications in teaching are discussed.

Keywords: Education. Evaluation. Curriculum.

Introdução

A avaliação é um elemento primordial no processo de ensino aprendizagem, pois a nível micro é uma espécie de termómetro para avaliar as metodologias utilizadas pelo professor e, a nível macro, a avaliação externa serve para avaliar o próprio currículo.

Existem, atualmente, na educação brasileira, dois processos distintos de avaliação: a avaliação interna, da responsabilidade da escola e a avaliação externa, da responsabilidade da Administração Central, ambas com metodologias diferenciadas, no entanto, com os mesmos objetivos: melhorar o processo, fazer com que o estudante adquira conhecimentos significativos e aumentar a qualidade da educação.

Alguns estudos, a par da nossa experiência profissional, têm evidenciado que algumas escolas modificam a sua rotina de ensino-avaliação-aprendizagem, em função das avaliações externas, deixando de cumprir o que se determina nas propostas

curriculares, a saber: o desenvolvimento e avaliação de competências, capacidades, atitudes e conhecimentos, para se focalizar nos conteúdos programáticos, a fim de obter bons resultados nas avaliações externas. Por outro lado, o cariz formativo, contínuo e de regulação da avaliação, dá lugar a lógicas gerencialistas, sumativas e de prestação de contas.

Neste contexto, o objetivo geral da pesquisa é analisar a influência das avaliações externas nas práticas de avaliação das aprendizagens e no trabalho dos professores. O estudo decorre em 15 escolas públicas do ensino fundamental e médio regular, além da educação de jovens e adultos, em modalidade modular, na região de Itacoatiara, Amazonas, Brasil.

Estas escolas atendem em média, dez mil alunos, nos turnos matutino, vespertino e noturno, com uma população de mais dois mil profissionais da educação, entre professores, pedagogos e administrativos. Tais escolas apresentam padrões de desempenho satisfatórios nos anos iniciais, mas o nível nos anos finais e ensino médio apresenta um declínio.

Avaliação e Sua Importância no Âmbito Educacional

A avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuntamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo. A definição mais comum e, eventualmente, mais adequada, encontrada nos manuais, estipula que a avaliação é um julgamento de valores sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão (Luckesi, 1995).

Conceito interessante e completo no que tange a avaliação em si. A escola, o professor e o aluno concebem o ato de avaliar, de acordo com a sua necessidade ou o valor que eles próprios lhe atribuem, o que de certo modo, traduz a forma como eles tratam de avaliação interna na rotina de ambos.

Existe uma diferença entre avaliação interna e externa, não apenas nos objetivos, mas também nas percepções de cada autor. Tais entendimentos gerados refletem-se no processo de ensino aprendizagem.

Para Perrenoud (2002), a avaliação serve para ajudar o aluno a aprender e a progredir rumo aos objetivos

propostos. Serve para regular o trabalho do aluno orientando-o na realização das atividades. Serve para monitorar os percursos e progressões de aprendizagem do aluno de forma global. Serve para a resolução de problemas e falhas durante o processo de aprendizagem. Serve para contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos alunos e como ferramenta para melhorar a aprendizagem dos alunos.

Conceito eficaz quando se tem real entendimento do que é a necessidade do aluno e das possibilidades que esse instrumento pode proporcionar. Ambos, professor e aluno precisam fazer uso desse recurso, no intuito de avançar no conhecimento, aparando as arestas, replanificando quando necessário e valorizando as fases quando ultrapassadas.

De acordo com Luckesi (2000), a avaliação serve para integrar e incluir, no sentido de que cada um tenha satisfatoriedade na aprendizagem. Serve para acolher uma situação para, então, ajuizar sua qualidade, tendo em vista, dar-lhe suporte de mudança, se necessário. Serve para diagnosticar a aprendizagem, direcionando e redirecionando aquilo ou aquele que precisa de ajuda. Serve para encaminhar os educandos para passos subsequentes da aprendizagem, à medida que atingirem um nível satisfatório no que estava sendo trabalhado. Serve para reorientar a aprendizagem, caso se mostre insatisfatória. Serve como instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista, tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem.

A avaliação, entendida como método, possui uma amplitude pouco explorada. Ela não pode ser vista apenas como parte do cotidiano escolar, mas como instrumento que guia e orienta o processo, pois à medida que ocorrem as avaliações, ambos melhoram suas ações e corrigem as falhas.

Não basta, apenas, a divisão dos conteúdos, mas é fundamental que se tenha clareza do que se quer com este ou aquele conteúdo (objetivos) e a forma como serão sistematizados (metodologia) e também o modo como estes conteúdos serão avaliados, ou seja, a definição de alguns instrumentos para avaliações pontuais da aprendizagem e o estabelecimento de critérios de avaliação pertinentes e coerentes com os conteúdos determinados. Para cada conteúdo é preciso ter clareza quanto ao que se deseja efetivamente ensinar e, portanto, avaliar. (Batista, 2008, p. 88).

Estas são tarefas intimamente ligadas à atuação do professor que, neste momento, precisa ser acompanhado pela equipe gestora, mais precisamente pelo pedagogo. E a primeira solicitação é que o professor entenda o seu papel nesse processo.

Há, porém, outros atores com responsabilidades na gestão do processo de desenvolvimento do currículo. A escola possui uma responsabilidade diferente, entendida aqui como a equipe gestora que compreende gestor, pedagogo e secretário da escola. Cada um com a sua responsabilidade e entendimento de como trabalhar os alunos e as suas necessidades, visando a melhoria do

processo e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento.

Hadji (2001) traduz a importância de os atores do processo ensino-aprendizagem assumirem efetivamente os seus papéis quando questiona:

se o professor não assumir o risco de fabricar instrumentos e inventar situações, desde que tenha a preocupação constante de compreender para acompanhar um desenvolvimento, como o aluno pode realmente, em sua companhia, assumir o risco de aprender? (p. 24).

A palavra chave precisa de ser a “preocupação constante”, onde o foco seja a aprendizagem do aluno. A legislação brasileira é muito completa nesse sentido. O educador tem todo o apoio que seja necessário para obter êxito, quando se fala de apoio e orientação.

Quanto ao aluno e família, entende-se que é primordial a compreensão do processo avaliativo, de forma a não apenas entender, mas valorizar e fazer disso uma prática constante e jamais como uma forma punitiva ou de amedrontamento.

Para o aluno, o instante da avaliação, em muitas situações, é visto como momento de pânico, pressão psicológica e vingança do professor. Termos pesados, porém realidade que não deveria existir. Mendes (2001) sustenta que pavor, medo, chateação, causam um bloqueio na aprendizagem. Acrescenta, ainda, que sem ter objetivos que façam duvidar, perguntar, descobrir, ver alternativas, construir novas perspectivas e convicções, de compreender que existem pontos de vista diferentes e respeitar o direito de cada indivíduo de escolher o seu próprio ponto de vista, a aprendizagem não se dará de maneira satisfatória.

Antes mesmo de entender esse processo, não obstante, havendo avaliação interna, o educando depara-se com avaliação externa, com objetivos diversos que dificilmente chegam ao seu conhecimento, quicá entendimento.

Segundo Sobrinho (2003, p.176) “é fundamental reter a ideia de que a avaliação não deve reduzir-se à medida e tampouco se limitar aos instrumentos”. Quanto a isso não são precisos argumentos, o que se torna fundamental entender cada processo e seus benefícios, de forma que o maior interessado seja, realmente, atendido em todos os sentidos.

No Brasil, atualmente existem, em alguns estados, as avaliações externas em três esferas: internacional, nacional e estadual. Cada uma com seus objetivos e metodologias bem definidos, e todas com o mesmo alvo, contribuir com o processo de ensino aprendizagem.

Geralmente são aplicadas por uma equipe que não pertence ao quadro de funcionários da escola e que são contratados especificamente para a tarefa. Institutos renomados aplicam as avaliações anual ou bianualmente, baseados em matrizes que são recortes da Proposta Curricular Nacional. São elas:

Avaliações Externas Internacionais - PISA Programme for International Student Assessment, no Brasil, Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes, com início em 2000.

Avaliações Externas Nacionais - SAEB - Sistema de

Avaliação da Educação Básica, início em 1980.

Avaliações Externas Estaduais - SADEAM Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas.

Há mais de vinte anos que vêm sendo pensadas, reformuladas e organizadas, visando “medir” a aprendizagem dos alunos da educação básica e as suas informações subsidiam políticas públicas nacionais e estaduais, de forma a favorecer esse procedimento, o que remete para a necessidade de entender o que significa, na íntegra, a aprendizagem.

A Avaliação como Instrumento de Melhoria do Processo de Ensino Aprendizagem

O conceito de avaliação educacional tem vindo a modificar-se, ao longo das épocas, de acordo com a evolução da própria sociedade: alterações económicas, sociais, políticas e culturais originaram diferentes concepções de Educação e, conseqüentemente, diferentes modelos de ensino-aprendizagem e de abordagens de avaliação (Alves, 2004, p.22). Por outro lado, refletir sobre a aprendizagem exige entendimento do processo educativo que contemple conhecimento, saber e entrelaçamento de ideias – o que na verdade se resume em mediação do conhecimento científico, ordenado, orientado e partilhado.

Aprendizagem, para Bechara (2011, p. 283), significa “ação, processo de aprender, aprendizagem”. E ação dá a ideia de movimento, ou seja, providência para conseguir algo. Dessa forma, a aprendizagem acontece, desde que haja uma ação pela qual todos os envolvidos assumam papéis, posturas e atitudes positivas

Quando se fala de professor e aluno nesse fazer educação, não se pode pensar apenas que um é o mestre e o outro é o aluno, ser sem luz ou discípulo, mas que ambos são atores protagonistas, ambos têm saberes que se comunicam, se entrelaçam, divergem e convergem. No mais, quando um falta ao agir ou fica devendo, o processo não acontece.

Precisa-se também entender que ambos são capazes de ensinar e de aprender, estando ambos em desenvolvimento sem que ninguém jamais saberá tudo, isto é, que o conhecimento flui e, à medida que flui, ambos evoluem. Tal como refere Castanheira (2010, p. 22) “nas últimas décadas, a compreensão do papel central do discurso em processos de construção de significados em sala de aula, impulsionou o abandono de uma abordagem individualista da aprendizagem e de uma visão do ensino como processo-produto, em favor de uma pesquisa interpretativa”. A escola passa, então, a observar o aluno na perspectiva de um ser que atua e atuará em sociedade, o qual precisa de ser trabalhado quanto a necessidades grupais e não apenas individuais. E como pode acontecer a aprendizagem no coletivo? Existe a possibilidade de se avançar em grupos mais do que individualmente?

O autor, (Ibid. p. 56) salienta que: “situar a aprendizagem em possibilidades coletivas é indagar sobre o que está potencialmente disponível para ser aprendido pelos alunos mediante sua participação e seu

envolvimento na própria construção de oportunidades de aprendizagem”.

Ao indagar o interesse dos educandos naquilo que será apresentado, ministrado e esmiuçado, os conteúdos, professor e alunos precisam de manusear e de se inteirar das ações que serão realizadas no decorrer de determinado período e de forma que a propagação do conhecimento aconteça e que flua de forma significativa, pois o ensino significativo deixa marcas que jamais poderão ser apagadas.

Libâneo (2001, p. 22) afirma que sem professor competente no domínio das matérias que ensina, nos métodos e nos procedimentos de ensino, não é possível a existência de aprendizagens duradouras. Se é preciso que o aluno domine solidamente os conteúdos, o professor precisa ter, ele próprio, tal domínio. Para tanto, ponto primordial para que ocorra a aprendizagem é que o professor domine o que pretende ensinar. Não que mostre tudo ao aluno de forma fechada, mas o auxilie na construção de sua própria aprendizagem. O mais importante a ser visualizado é o resultado, a aprendizagem efetiva, não o processo imediato para alcançá-lo.

No decorrer desse processo existem, também, situações adversas que fazem com que a aprendizagem não ocorra de forma correta.

De acordo com dados fornecidos pela Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara - CREI, órgão responsável por gerenciar as 15 escolas estaduais do município de Itacoatiara, as metas estipuladas pelo Ministério da Educação tem sido alcançadas com êxito, devido a medidas tomadas no interior de cada escola, onde são trabalhadas situações específicas de acordo com a necessidade.

A CREI possui um Plano Trienal com metas para aprovação, redução de evasão escolar e para avanços nos processos avaliativos externos.

Pode-se observar as metas sugeridas pela equipe pedagógica e equipes gestoras das escolas, descritas abaixo, que são metas ousadas, porém possíveis de serem alcançadas.

Metas das Avaliações Externas:

1. Aumentar de 4,7% para 5,8% a aprovação dos alunos do 5º ano do ensino fundamental; e, de 4% para 5,3% a do 9º ano do ensino fundamental da Rede no IDEB de 2015.

2. Aumentar de 4,6% para 5,6% a aprovação dos alunos do 5º ano do ensino fundamental; de 4,1% para 5,1% a do 9º ano do ensino fundamental; e de 3,7% para 4,5% a da 3ª série do ensino médio da Rede no SADEAM de 2016.

3. Aumentar de 61% para 100% o número de alunos participantes no ENEM de 2017.

4. Ampliar de 14,7% para 25% o índice de aprovação dos alunos da Rede nos processos seletivos de acesso ao ensino superior.

No Amazonas há um sistema específico de verificação do crescimento da aprendizagem. o Sistema de Avaliação da Aprendizagem do Estado do Amazonas

- SADEAM é aplicado nos anos pares, paralelos as aplicações do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, sistema nacional que é aplicado nos anos ímpares.

Os resultados que podem ser visualizados nas tabelas abaixo, em algumas escolas são gradativos enquanto que noutras oscilam. Porém, de acordo com o último resultado, todas as escolas do município estão com índice satisfatório.

Atualmente, no município atuam apenas 3 escolas com os anos iniciais do ensino fundamental da educação básica. Aconteceu um reordenamento na rede, de forma que as escolas atendem de acordo com a modalidade, o que facilitou muito a organização interna, visando melhorar o processo de aprendizagem, refletindo-se diretamente nas avaliações externas de forma positiva.

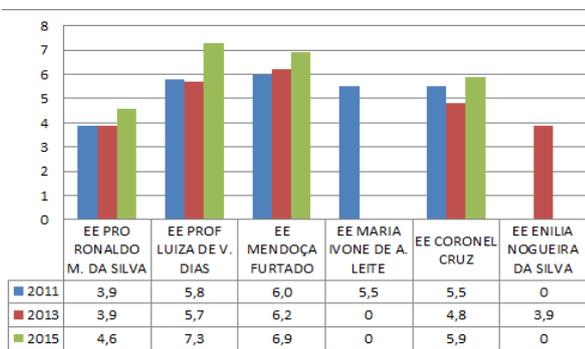


Figura 1. Gráfico dos resultados do IDEB 2011 a 2015 que atendem do 1º ao 5º ano

No gráfico é perceptível crescimento em todas as escolas, observando os anos de 2011 a 2015. De acordo com as metas específicas estabelecidas pela equipe gestora apenas uma escola ainda não alcançou a meta de 5,8 predeterminada, porém encontra-se em avanço gradativo.

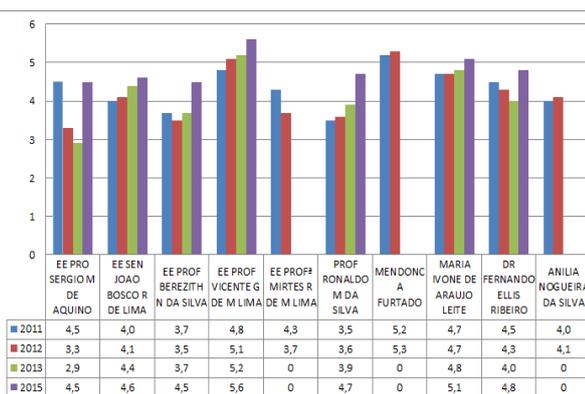


Figura 1: Gráfico dos resultados do IDEB 2011 a 2015 que atendem do 6º ao 9º ano

Quanto às metas estabelecidas para os anos finais, apenas duas escolas as alcançaram, as demais encontram-se em crescimento gradativo, com exceção de duas escolas que os resultados oscilaram.

Com relação ao ensino médio, etapa final da educação básica, até o passado as avaliações eram

aplicadas apenas por amostragem. De forma que há um resultado divulgado por estado e não por escola como nas demais modalidades.

O Ministério tem, também, uma projeção de metas a serem alcançadas. Interessante ressaltar que todas as escolas do município já ultrapassaram essa projeção.

Considerações Finais

Não se pode negar que as avaliações externas têm possibilitado avanços. Isso é perceptível nos resultados encontrados ao longo dos anos. Algumas escolas tem oscilado em seus resultados, o que não significa retroagir. Percebe-se que algo está mudando mesmo que a passos lentos. O que ainda falta é verificar mais profundamente como essas mudanças tem impactado no espaço escolar no que tange ao desenvolvimento curricular. Duas situações distintas é observar o crescimento quanto a resultados obtidos nas avaliações externas em detrimento ou contraditório quando se observa as avaliações internas, dada a diferença que precisa haver entre as duas. A primeira, realizada de forma mais expansiva e que cobre todo um território, de caráter diagnóstico e utilizado como forma de embasar as políticas públicas. A segunda como reguladora interna, que precisa ser usada como termómetro da aprendizagem, bem como marcadora de tempos do desenrolar das ações para se cumprir o currículo escolar. Esse esmiuçar será realizado no decorrer dos anos de 2017 e 2018, na continuidade da pesquisa empírica no contexto já enunciado.

Agradecimentos

Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) no âmbito do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho) com a referência POCI-01-0145-FEDER-007562

Referências

- Alves, m. P. (2004) *currículo e avaliação. Uma perspectiva integrada*. Porto: porto editora.
- Castanheira, maria lúcia. (2010) *aprendizagem contextualizada: discurso e inclusão na sala de aula*. 2 ed. Belo horizonte: ceale, autêntica.
- Batista, a.m.p. (2008) *critérios de avaliação com enfoque no ensino médio*, oac. Pde seed.
- Bechara, e. (2011). *Dicionário de língua portuguesa*. Rio de janeiro: editora nova fronteira.
- Castanheira, m.l. (2010) *aprendizagem contextualizada: discurso e inclusão na sala de aula*. 2 ed. Belo horizonte: ceale; autêntica.
- Hadji, charles. (2001) *a avaliação desmitificada*. Porto alegre: artmed.
- Libâneo, josé carlos. (1994) *didática*. 27 ed. São paulo: cortez.

- Luckesi, cipriano carlos. (2011) *avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. São paulo: cortez.
- Mendes, e. G. (2001) *raízes históricas da educação inclusiva*. Marília: unesp – marília.
- Perrenoud, philippe. (1999) *avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Porto alegre: artes médicas sul.
- Sobrinho, j.d. (2003) *avaliação: políticas educacionais e reformas da educação*. São paulo: cortez. Obras consultadas
- Brasil. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de educação fundamental*. Brasília, mec/sef. Livro 2, 1997.
- Brasil. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de educação fundamental*. Brasília, mec/sef. Livro 10, 1997.
- Brasil. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, mec/sef, 1996.